

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Folha de S. Paulo

[Título: Setor de energia tem receio de se ver sub-representado em diretoria da Aneel](#) 6

O Estado de S. Paulo

[Título: Moreira assina decreto que atualiza Código de Mineração](#) 11

Correio Braziliense

[Título: Setor passa por mudanças](#) 16

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Risco de perder mais R\$ 5 bi.....	2
Título: Taxa extra na conta é mantida.....	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Setor de energia tem receio de se ver sub-representado em diretoria da Aneel	6
Título: Após tarifas dos EUA, indústria de aço brasileira pressiona governo por mais proteção	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Disputa entre União e Petrobrás trava megaleilão de petróleo de R\$ 100 bi.....	9
Título: Moreira assina decreto que atualiza Código de Mineração	11
Título: TJ restabelece PPP bilionária da iluminação	12

VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: Todos querem a Eletropaulo	13
Título: Setor passa por mudanças	16
VEÍCULO: Valor Econômico	17
Título: Leilão de cessão onerosa pode ficar para 2019	17
Título: Raízen dá 1º passo fora do Brasil, com aquisição de US\$ 1 bi	18
Título: Conselho da Eletropaulo tem dia decisivo	20
Título: Brasil ajuda nos resultados globais da Iberdrola	21
Título: Aneel negocia com Santo Antônio garantias à CCEE	22
Título: Iluminação pública pode ter investimentos de R\$ 26 bi	23
Título: Petrobras desiste de IPO e fará novo processo de venda da Liquigás	24
Título: Consumo de aço reage e tem alta de 9,6%	25
Título: Destaques	26

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez e Manoel Ventura

Título: Risco de perder mais R\$ 5 bi

Sem privatização, Eletrobrás seguirá acumulando prejuízos e deixará de investir R\$ 50 bi em 5 anos

- Rio e Brasília - A privatização da Eletrobrás, que enfrenta resistências no Congresso, não é prioridade apenas para o governo — que vê na operação uma forma de reduzir o rombo nas contas públicas. O que está em jogo é o próprio papel da empresa, maior geradora de energia da América Latina, e sua capacidade de investir o suficiente para assegurar a expansão da oferta de energia no país, afirmam fontes a par das negociações. Nos cálculos de fontes envolvidas no processo, se a Eletrobrás não for privatizada, continuará a acumular perdas que podem chegar a R\$ 5 bilhões somente neste ano — considerando apenas operações problemáticas, como as distribuidoras de energia deficitárias e o custo das obras paradas de Angra 3. Um quadro que reduz ainda mais a já limitada capacidade de investimento.

Entre 2010 e 2015, a empresa investiu R\$ 60 bilhões. No entanto, no ciclo 2018-2022, a previsão caiu para R\$ 19,5 bilhões. Com a capacidade de investimentos restrita aos níveis atuais, a empresa deixará de investir R\$ 50 bilhões por falta de recursos próprios ou dos acionistas e por não conseguir crédito nos bancos. Isso porque a empresa teria que investir R\$ 14 bilhões por ano até 2026, somente para manter sua fatia do mercado (31% da capacidade de geração de energia do país e 49% da transmissão), e só consegue aportar R\$ 4 bilhões ao ano.

Em entrevista ao GLOBO, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., deixou claro que não trabalha com outra saída para a companhia senão passá-la ao controle privado. Segundo o executivo, a empresa não tem condições de participar de novos leilões para a expansão do sistema. Isso reduz a competição dos leilões de expansão do sistema, favorecendo empreendimentos com tarifas mais altas.

— Se a Eletrobrás não for capitalizada, quem mais perde é o consumidor e contribuinte brasileiro. Perde duas vezes: pagando tarifa mais alta pela energia e bancando privilégios — diz Ferreira Jr., referindo-se indiretamente às resistências políticas e corporativas à privatização.

Só no ano passado, as provisões feitas pela estatal totalizaram R\$ 5,31 bilhões, mas Ferreira Jr. prefere não estimar quais serão os custos este ano. Só as obras da usina nuclear de Angra 3, paralisadas desde 2015 após virar alvo da Lava-Jato, geram prejuízo anual de quase R\$ 1 bilhão. Já as seis distribuidoras no Norte e no Nordeste, que a estatal tenta vender antes da privatização, registraram no ano passado perdas de R\$ 4,2 bilhões. Em 2016, foram R\$ 6,6 bilhões. Se não conseguir vendê-las até 31 de julho, mesmo que pelo preço simbólico de R\$ 50 mil, a Eletrobrás corre o risco de ainda ter de assumir a dívida bilionária delas: R\$ 21,5 bilhões.

— Se não fossem as provisões, teríamos tido R\$ 3,5 bilhões de lucro em 2017, em vez do prejuízo de R\$ 1,72 bilhão — disse o presidente da Eletrobrás.

ESTRANGEIRAS GANHAM MERCADO

A Eletrobrás já vem perdendo espaço no mercado de energia elétrica ao ficar fora de cada vez mais leilões do setor. Em cinco anos, a estatal viu sua participação na área de geração ser reduzida de 36% para 31% em cinco anos. Na outra ponta, a iniciativa privada avança. Empresas como a italiana Enel, a franco-belga Engie, a Neoenergia e a CPFL ganharam participação com uma série de parques eólicos e solares, além de hidrelétricas e termelétricas.

Pelos cálculos da Eletrobrás, a União teria que injetar na empresa, no total, R\$ 84 bilhões em dez anos só para manter seu tamanho atual. O governo, no entanto, já avisou que não tem esse dinheiro.

Especialistas, o governo e a própria empresa apontam como o principal agravante da crise financeira da estatal a Medida Provisória 579, de 2012, que renovou contratos de concessão para forçar redução nas tarifas de energia no governo Dilma Rousseff. As regras abalaram o caixa da estatal ao tabelar a remuneração pela energia gerada em algumas usinas. Ao mesmo tempo, a empresa estava comprometida com grandes investimentos, como as hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, o que aprofundou o seu endividamento. A dívida bruta da Eletrobrás chega hoje a R\$ 45,5 bilhões. Com isso, estão atrasados empreendimentos, e a empresa colocou à venda participações em 70 projetos.

A privatização é vista como a única saída para permitir que a Eletrobrás deixe de operar 14 de suas maiores usinas pelo regime de cotas (quando são remuneradas a preços fixos), para adotar uma remuneração a preços de mercado. Isso deve dar fôlego ao fluxo de caixa da estatal. Mas para isso, ela teria que pagar à União um bônus de outorga da ordem de R\$ 12 bilhões. O aumento de capital geraria os recursos para esse passo, que a estatal não tem condições de dar hoje. Em vez de um leilão, o plano é emitir novas ações nas Bolsas de São Paulo, Nova York e Madri. A União, que tem 60% do capital, não acompanhará o aumento de capital e, assim, terá sua participação diluída para algo entre 40% e 50%. Com isso, perderá o controle.

PALAVRA FINAL É DO CONGRESSO

O presidente da Eletrobrás acredita que será possível privatizar a companhia em novembro ou dezembro deste ano, principalmente após a publicação do decreto presidencial incluindo a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização (PND) no último dia 19. No entanto, a palavra final é do Congresso. O governo enfrenta forte resistência, sobretudo nas bancadas do Nordeste e de Minas Gerais, onde se localizam as principais subsidiárias da Eletrobrás, alvos de influência política.

Ronaldo Bicalho, do Instituto de Economia da UFRJ e do Instituto de Desenvolvimento Energético do Setor Elétrico (Ilumina), diz que o governo deveria repensar o setor elétrico antes de decidir pela privatização da Eletrobrás: — A discussão mais importante neste momento é pensar um novo modelo do setor elétrico, e, a partir daí, definir qual a participação do Estado, se vamos privatizar ou não a Eletrobrás. O setor elétrico tem inúmeros problemas sérios a resolver e o que está em perigo é a segurança do abastecimento de energia.

João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, avalia que é fundamental para o setor que uma empresa do porte da Eletrobrás mantenha condições de continuar investindo: — A saída é a gestão privada, com governança e mais facilidade para processos de redução de custos. Se não privatizar, a Eletrobrás vai se deteriorar ainda mais financeiramente, e não terá condições de investir na expansão do sistema.

Para Rodrigo Leite, sócio do Leite Roston Advogados, a capitalização da Eletrobrás é essencial para garantir novos investimentos e a atração de investidores para projetos do setor: — A privatização é crucial para ela não se deteriorar cada vez mais. A Eletrobrás é o grande condutor de investimentos estruturantes.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Taxa extra na conta é mantida

BANDEIRAS TARIFÁRIAS

-Brasília- A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem manter para este ano os valores cobrados atualmente dos consumidores pelas bandeiras tarifárias, o adicional na conta de luz definido pelo volume de chuvas. O valor da cobrança da bandeira amarela foi fixado em R\$ 1 para cada 10 kWh consumidos. Nas bandeiras vermelha 1 e vermelha 2, o adicional é de R\$ 3 e R\$ 5, respectivamente. Quando a bandeira verde está em vigor, não há cobrança extra.

Acorda bandeira impressa na conta de luz indica o custo da energia em função das condições de geração de eletricidade.

Desde o início do ano vigora a bandeira verde, por conta do período chuvoso. Esse sistema foi criado em 2015 pela Aneel como forma de recompor os gastos extras com a utilização de energia gerada por meio de usinas termelétricas, que é mais cara do que a de hidrelétricas. Isso acontece mais nos períodos de estiagem.

Além de manter os valores das bandeiras, a Aneel fez uma mudança na forma como esse sistema é acionado. O modelo ficará ainda mais suscetível ao nível dos reservatórios, o que deve aumentar a quantidade de vezes em que a bandeira vermelha é acionada. (Manoel Ventura)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Setor de energia tem receio de se ver sub-representado em diretoria da Aneel**

Mercado Aberto

Os cinco diretores da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) serão substituídos até o fim do ano, e representantes de associações de empresas afirmam ter receio de ficarem sub-representados.

Dois foram nomeados e aguardam aprovação do Senado. Até agosto, vence o mandato dos outros três.

"Os diretores devem ter perfil técnico. Quem não tem estofo fica vulnerável e sujeito a pressões políticas", diz Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel, hoje na Abrace (associação de consumidores livres).

A preocupação aumentou, diz ele, depois da nomeação de **Moreira Franco para o Ministério de Minas e Energia** —o mercado esperava o nome de Paulo Pedrosa, ex-secretário-executivo da pasta.

"Se os nomeados forem indicados políticos, é enorme o risco de pôr a perder o marco regulatório e a privatização da Eletrobrás ", diz Santana.

O receio é que a agência vire um feudo de executivos ligados a uma parcela do MDB no Senado, afirma, sob condição de anonimato, o presidente de outra associação.

As decisões da Aneel são tomadas coletivamente pelos cinco diretores, que precisam equilibrar os interesses de consumidores e de empresas, segundo Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

"Quase toda a geração e transmissão está na mão de empresas privadas. Um diretor da Aneel precisa ter vivência em companhia, porque haverá decisões a serem tomadas com potencial para afetar todo o parque produtor."]

Neoenergia se anima com resposta de Eletropaulo

A resposta da Eletropaulo à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em que se defende de críticas da Enel, foi bem recebida na Neoenergia, que disputa com a italiana a companhia de energia paulista, segundo apurou a coluna.

A Enel se queixara em publicação nos jornais de que houve "tratamento privilegiado a um participante específico".

Ainda no aguardo de novo passo da concorrente, a Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, vê possibilidade de que mesmo havendo outra proposta da Enel, de elevar a sua oferta, podendo ir "até determinado valor", conforme apuração da coluna.

Para os espanhóis, há necessidade de guardar uma quantia para investir na empresa após a aquisição.

O último preço colocado pela Neoenergia foi de R\$ 29,40 por ação. Há expectativa de que a italiana, que havia oferecido R\$ 28 por ação para a compra total, eleve o valor.

Nesta quarta (25), o conselho de administração da Eletropaulo deve decidir se mantém a emissão de novas ações da companhia ("follow-on") para capitalização da companhia em ao menos R\$ 1,5 bilhão.

A aquisição pela Enel dependeria da suspensão do "follow-on". Procuradas, Eletropaulo e Neoenergia, em período de silêncio, afirmaram que não poderiam dar declarações.

A Enel informou não ter porta-voz nesta data.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata SÃO PAULO

Título: Após tarifas dos EUA, indústria de aço brasileira pressiona governo por mais proteção

Isenção temporária a tarifas americanas vence na segunda (30), ainda sem acordo com EUA

A menos de uma semana do fim da isenção temporária que as siderúrgicas brasileiras conseguiram às tarifas impostas pelos EUA, a indústria não investe apenas na negociação fora do país, mas também pressiona o governo para também criar mais barreiras de proteção e regras de conteúdo local.

A demanda não é nova, mas se tornou mais urgente em meio à escalada de medidas de proteção globais após o anúncio de que os Estados Unidos cobrariam 25% das importações, segundo o Instituto Aço Brasil, associação de empresas brasileiras do segmento.

“Parece que estamos indo na contramão. Americanos e europeus estão fechando seus mercados, e aqui [o ministério da] Fazenda falando que quer abrir mercado, que processo anti-dumping afeta competitividade”, afirma Alexandre Lyra, presidente da Vallourec e do conselho da entidade setorial.

A pauta provavelmente será trabalhada com o próximo governo, já que este, já em sua reta final, tem tido uma postura contrária ao pleito, segundo o executivo.

No entanto, as companhias brasileiras já se organizam para fazer missões à China, com o intuito de convencer grandes empresas que têm levado concessões no Brasil a comprar aço brasileiro.

O temor, diz ele, é que com a entrada de mais estrangeiros nas obras de infraestrutura — especialmente os chineses —, aumente a importação de materiais como aço e cimento.

“Tem que ter algum tipo de mecanismo ao ‘buy Brasil’. Se não quer chamar de conteúdo local, porque a palavra é feia, muda o termo. Mas alguma coisa para proteger a indústria de transformação nacional vai ser necessária”, afirmou Lyra.

COTAS

Em relação às negociações com o governo americano, a indústria corre para chegar, junto ao governo brasileiro, a um acordo definitivo com o país.

O Brasil conseguiu uma isenção temporária à tarifa americana, mas a licença vence na próxima segunda-feira (30), e ainda não se sabe se o prazo será estendido.

Por enquanto, a expectativa é que sejam criadas restrições do quanto cada país poderá vender aos EUA, com a sinalização americana de que será criado um sistema de cotas. As empresas aguardam mais informações sobre como funcionaria esse mecanismo.

“Os EUA estão se organizando para isso, não tem o modelo pronto. Deverá se determinar um agrupamento de produtos, e são alocadas cotas. Uma vez definida a cota global, vamos ter que sentar com as associadas, e aí imagine que

não será uma missão fácil fazer essa distribuição das cotas”, afirma o presidente-executivo da associação setorial, Marco Polo de Mello Lopes.

Ainda não está claro como seria a divisão entre produtos, empresas, e tampouco se o controle será feito no próprio país exportador ou já nos Estados Unidos, diz.

Marco Polo afirma que a negociação com os americanos não envolve outros setores, tal como fez a Coreia do Sul — que abriu mais seu mercado a importações de carros americanos em troca de isenção.

Os Estados Unidos são os maiores compradores da indústria siderúrgica brasileira. As perdas anuais com as tarifas seriam de cerca de R\$ 1,1 bilhão ao ano, segundo estimativa do Ipea. Em 2017, o Brasil exportou US\$ 2,63 bilhões (cerca de R\$ 9,1 bilhões) ao país.

A medida, anunciada do presidente Donald Trump em março deste ano, afetaria principalmente as empresas que vendem aço semimanufaturado.

O setor argumenta que o produto, principal item de exportação aos EUA, não prejudica a indústria norte-americana e, pelo contrário, seria complementar à sua atividade, já que as chapas são transformadas em peças usadas para fabricar eletrodomésticos, automóveis e outros produtos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes / Brasília

Título: Disputa entre União e Petrobrás trava megaleilão de petróleo de R\$ 100 bi

Pré-sal. Sem chegar a um acordo com a estatal sobre a área chamada de "cessão onerosa", na Bacia de Santos, o governo não terá como levar adiante a licitação prevista para ocorrer ainda este ano e que estava entre as prioridades da agenda econômica de Temer

O megaleilão de petróleo previsto para acontecer até o fim do ano e que renderia entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões aos cofres do governo está praticamente riscado do cronograma de 2018 e deve ficar para o próximo presidente. O leilão deve ser adiado por causa de uma disputa envolvendo a União e a Petrobrás em torno da "cessão onerosa", área que abrange seis blocos de pré-sal na Bacia de Santos.

Segundo representantes da área econômica, as negociações entre o governo e a petroleira emperraram e dificilmente será possível chegar a um acordo a tempo

de realizar ainda este ano o megaleilão, listado pela equipe econômica como uma das prioridades da agenda do governo Temer. Em 2017, a licitação dessa área era considerada uma peça chave para o governo cumprir a meta fiscal em 2018. Mas, agora, a avaliação é de que o governo não precisaria mais desses recursos extras para cumprir a meta este ano.

O contrato de cessão onerosa foi firmado em 2010, no período de euforia com a descoberta do pré-sal. A União cedeu 5 bilhões de barris de petróleo em troca de R\$ 74,8 bilhões da Petrobrás. No contrato, ficou definido que, no momento em que a empresa declarasse que o reservatório é comercialmente viável, seria feito um acerto de contas, considerando o valor do petróleo naquela data. Assim, caso o barril do petróleo estivesse valendo menos, as reservas teriam desvalorizado e a Petrobrás deveria receber uma diferença da União. Caso contrário, deveria pagar ainda mais ao Tesouro pela área recebida. Esse acerto de contas, porém, não foi concluído até hoje. A revisão do contrato é uma condição fundamental para a realização do leilão do chamado "excedente da cessão onerosa" - um reservatório na mesma área que é maior do que o cedido pelo governo em 2010.

Na mesa de negociação, onde a Petrobrás e a União discutem quem deve a quem e o valor dessa dívida, estão centenas de cenários que se formam com base em diferentes variáveis. Apenas o impasse em torno da data que será usada como referência para a fixação do preço do barril de petróleo leva a uma diferença de mais de US\$ 10 bilhões no cálculo para um lado ou para o outro. A Petrobrás insiste em utilizar como referência a data da última declaração de comercialidade feita na área. A União quer usar as datas de cada um dos blocos. Há outros parâmetros envolvidos no cálculo, como a variação cambial, por exemplo.

Para o especialista Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o contrato de cessão onerosa "é horroroso" e não haverá solução se as duas partes não se "afastarem" dele na negociação. Para o especialista, o governo Temer não tinha conhecimento do tamanho do problema da cessão onerosa. Ele acredita que a eleição presidencial deste ano pode atrapalhar o leilão em novembro, mesmo que um acordo seja possível até lá.

Fontes do governo ouvidas pelo Estadão/Broadcast consideram que a Petrobrás contava com a fragilidade fiscal do governo para pressionar por um acordo mais favorável à empresa. A petroleira conta com esses recursos para melhorar seu caixa.

Na semana passada, o governo realizou uma reunião entre os negociadores, com a presença do presidente da Petrobrás, Pedro Parente. O encontro foi considerado positivo, mas não destravou os principais pontos de impasse.

Impasse. Há itens que precisam ser esclarecidos diante de um contrato mal feito e excessivamente complicado. Segundo um representante do governo, se o contrato tivesse especificado que na revisão o governo deveria aceitar os dados da curva de produção e de custos da Petrobrás, tudo seria mais fácil. Mas o documento estipula que a revisão seja feita com fundamento em laudos técnicos elaborados por entidades certificadoras independentes, que deverão considerar as "melhores práticas da indústria do petróleo". Isso tornou a revisão bem mais complicada.

Preocupa o governo também o crivo de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União, que acompanhará o resultado do acordo para aferir se a União não saiu prejudicada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Brasília

Título: Moreira assina decreto que atualiza Código de Mineração

Hoje ministro deve mandar para Casa Civil decreto que regulamenta criação da Agência Nacional de Mineração

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, assinou ontem o decreto que atualiza o Código de Mineração. O documento foi enviado à Casa Civil e passará pela análise dos técnicos da pasta. Hoje, Moreira Franco deve enviar o decreto que regulamenta a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), que já movimentou parlamentares e partidos para a indicação dos novos diretores.

Após o Congresso ter deixado caducar a medida provisória (MP) que alterava a legislação do setor, no ano passado, o governo optou agora por um decreto, que reduz o alcance das mudanças, mas permite que algumas ocorram após mais de 50 anos. "O atual código para em pé, tem consistência jurídica e regulatória, mas envelheceu. Agora, ele será revigorado, com uma legislação moderna para regular o setor", disse o secretário de Mineração do Ministério de Minas e Energia, Vicente Lôbo.

Uma das principais novidades do decreto é a previsão expressa de responsabilização do minerador pela recuperação de áreas degradadas. As empresas serão obrigadas a executar planos de fechamento de minas e a seguir a política nacional de segurança de barragens.

O decreto atualiza conceitos compatíveis com a legislação internacional, o que vai permitir que os mineradores possam usar o título minerário como garantia para financiamentos.

Não será possível, porém, ajustar as multas aplicadas pelo ministério aos mineradores que descumprirem a legislação. A MP que caducou estabelecia como multa máxima o valor de R\$ 30 milhões. Mas o teto atual, de cerca de R\$ 3.000, será mantido, pois não é possível alterá-lo por decreto.

"Temos que avançar de acordo com o tempo e fazer aquilo que é possível", disse o secretário. "Mas o código põe um ponto final na indefinição jurídica, que é tudo que o investidor quer."

Agência. Criada por meio de medida provisória já convertida em lei, a Agência Nacional de Mineração ainda precisa aguardar a publicação do decreto para que possa ser efetivamente instalada.

A agência terá um diretor-geral e quatro diretores, com mandato de quatro anos. A despeito das movimentações políticas, principalmente de deputados das bancadas de Minas Gerais e Pará, como mostrou o Estado nesta semana, o secretário frisou que o órgão regulador será composto por técnicos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Bruno Ribeiro Fabiana Cambricoli Luiz Vassallo

Título: TJ restabelece PPP bilionária da iluminação

Desembargador atendeu a pedido da Prefeitura para rever suspensão; áudio levantou suspeita

O desembargador Eduardo Gouvêa, da 7.^a Câmara de Direito Público, suspendeu ontem decisão liminar que barrava o contrato da parceria público-privada (PPP) da iluminação pública de São Paulo. O termo, firmado por R\$ 6,9 bilhões entre a Prefeitura e a empresa FM Rodrigues, foi suspenso pela Justiça no dia 12 de abril, atendendo à ação popular com parecer favorável do Ministério Público Estadual (MPE).

A PPP, que previa a manutenção da rede de iluminação pública da cidade e a troca de todas as luminárias da capital por lâmpadas de LED, tornou-se alvo de investigação do MPE após o vazamento de áudios indicarem que a ex-diretora do Departamento de Iluminação Pública (Ilume), Denise Abreu, distribuiria a outros servidores municipais pagamento ilícito feito pela FM Rodrigues.

No decisão do dia 12, que suspendeu o contrato, o juiz Alberto Alonso Muñoz, da 13.^a Vara da Fazenda Pública, destacou que a prova "é grave e leva a crer que, mediante repasse de pagamentos a servidores da Municipalidade, a ré (FM Rodrigues) teria logrado consagrar-se vencedora do certame".

A Prefeitura, então, entrou com recurso no Tribunal de Justiça, alegando que a suspensão representava "perigo de dano irreparável" e impedia a administração "de firmar contrato emergencial sem prejuízo ao Erário", argumento acatado ontem. Em sua decisão, o magistrado diz "não ser recomendável a interrupção da execução de serviço essencial de relevante interesse público, ante o perigo de dano de difícil reparação".

Questionada pelo Estado sobre a nova decisão, a Prefeitura diz que, desde a divulgação dos áudios, "já havia limitado o contrato exclusivamente para os serviços essenciais de manutenção da iluminação". Afirmar ainda que a Controladoria-Geral do Município (CGM) instaurou investigação sobre os áudios e o processo de seleção da PPP. A FM Rodrigues diz "estar pronta para assumir as responsabilidades do contrato".

Já o consórcio Walks, concorrente da FM Rodrigues na licitação, afirmou que se surpreendeu "pela manutenção do contrato sob a responsabilidade de uma empresa que está sendo investigada por corrupção, com fortes provas documentais".

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Paula Pacheco

Título: Todos querem a Eletropaulo

São Paulo — A Eletropaulo, maior distribuidora de energia da América Latina, é neste momento uma espécie de joia da coroa entre as empresas do setor. Com atuação na Grande São Paulo, a companhia tem atualmente três interessadas em adquirir o seu controle. São elas a Energisa, de capital nacional, que por enquanto parece estar fora do páreo por ter apresentado uma proposta abaixo das concorrentes; a Enel, de capital italiano; e a Neoenergia (controlada pela espanhola Iberdrola). O leilão para a execução das ofertas públicas de aquisição de ações está marcado, segundo a Comissão de Valores Mobiliários, para 18 de maio, quando serão apresentados os lances.

A Enel ofereceu pagar R\$ 28 por ação, equivalente a R\$ 4,7 bilhões por 100% do negócio. Também garantiu o compromisso de fazer um aporte de ao menos R\$ 1,5 bilhão na empresa. Já a Neoenergia foi além, com uma proposta de R\$ 29,40 por papel, num total de cerca de R\$ 5 bilhões, além de adquirir a R\$ 25 por papel a totalidade da oferta primária que a distribuidora está preparando, com o objetivo de fazer uma capitalização de R\$ 1,5 bilhão. A Energisa se propôs a desembolsar R\$ 19,38 por ação, num total de R\$ 3,4 bilhões pela companhia. Apesar de ser o menor valor, a companhia nacional disse em comunicado que se

trata de uma oferta “imutável e irrevogável”.

Atrativo

A disputa pela Eletropaulo, segundo especialistas, se justifica. “É o melhor ativo de distribuição de energia do país, pois atua na região com o maior poder aquisitivo e com uma grande concentração demográfica, o que facilita toda a operação de manutenção. O consumo por metro quadrado é o mais alto do Brasil”, explica Alexandre Montes, analista de utilities da consultoria de investimentos Lopes Filho & Associados.

Segundo Thais Prandini, diretora executiva da consultoria Thymos Energia, a relação entre a grande geração de caixa e a pequena área de concessão torna a companhia atraente. “Quem vencer vai pegar uma empresa rodando bem, mas com a necessidade de investimentos. Por outro lado, ao investir nessas melhorias, o controlador poderá cobrar mais pela tarifa, uma das mais baixas do Brasil exatamente pela falta de investimentos anteriores”, diz a especialista.

A Eletropaulo tem cerca de 18 milhões de clientes em 24 municípios de São Paulo, obteve uma receita operacional bruta de R\$ 21,7 bilhões em 2017, além de prejuízo de R\$ 844,42 milhões. “É um grande negócio, já que está em uma área bastante cobijada, tem o maior número de consumidores e é a segunda companhia em megawatts”, afirma Marcos Quintanilha, sócio da área de auditoria da EY.

Qualidade em xeque

No entanto, apesar do tamanho, ao priorizar a área financeira, a distribuidora acabou dando menos importância do que deveria para a área técnica, avaliam os especialistas. Segundo ranking da Agência Nacional de Energia Elétrica, que fiscaliza o setor, a Eletropaulo está entre as distribuidoras com desempenho mais fraco nos indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), que medem o tempo em que o serviço fica suspenso e a quantidade de interrupções no fornecimento de energia.

Levantamento feito pela Aneel a pedido do estado de Minas Gerais mostra que o problema mais grave está na quantidade de horas em que o serviço da Eletropaulo fica suspenso, bem acima do DEC – limite determinado pela agência. Já o total de interrupções está abaixo do número fixado pelo órgão regulador. Não há uma cobrança de multa junto a distribuidoras que tenham indicadores ruins. O que há é uma compensação direta ao consumidor, feita dois meses após a interrupção do serviço, caso seja ultrapassado o limite. Em 2017, a Eletropaulo devolveu R\$ 54,4 milhões aos consumidores por

descumprimento desses indicadores.

Ações dispararam

Enquanto os concorrentes se engalfinham para garantir o controle da distribuidora paulista, os acionistas comemoram. Essa disputa pelo controle impactou nos papéis da companhia, que não param de subir. Segundo levantamento da Economática, nos últimos 12 meses, a alta da Eletropaulo na bolsa foi de 95,13%, a segunda maior entre as empresas do setor elétrico, atrás apenas da Rede Energia, com 100,11%. Na média, as companhias do setor subiram 10,23% no período.

Desde que passou a ser listada no Novo Mercado da B3, em novembro do ano passado, o que colocou suas ações em uma única classe, a Eletropaulo viu seu controle ser pulverizado entre vários acionistas. Hoje, quem detém a maior parcela dos papéis da companhia são a americana AES, com 16,84%, e o BNDESPar, braço de investimentos do banco estatal, com 18,73%. Na ocasião, a AES deixou claro ao mercado que não tinha mais interesse em permanecer no setor de distribuição de energia, o que assanhou os concorrentes.

A Enel detém o controle de três distribuidoras, no Rio de Janeiro, Ceará e Goiás. Já a Neoenergia tem a concessão de quatro concessionárias, na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo. As duas empresas têm se enfrentado por meio de consultas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para se manter na disputa. A Energisa atua nos estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Paraná.

Em 16 de abril, a Eletropaulo anunciou um acordo de investimento, segundo o qual a Neoenergia se comprometeu a comprar a totalidade de uma emissão primária de ações que está em fase de elaboração pela distribuidora paulista, além de lançar uma oferta pública de aquisição (OPA) do controle ou até da totalidade das ações da companhia. No mesmo dia, a Enel apresentou uma oferta pública para aquisição dos papéis da Eletropaulo. No último domingo, a italiana divulgou um anúncio em grandes jornais brasileiros no qual acusa o acordo entre a Eletropaulo e a Neoenergia de conferir “tratamento privilegiado a um participante” na disputa pela compra da distribuidora, o que “frustra o processo competitivo”.

A Enel foi além e acionou a CVM, que enviou ofício à Eletropaulo em que questiona o sentido de a empresa preparar uma oferta de ações agora, justamente quando há uma disputa acirrada pelo seu controle. A distribuidora paulista informou que a Enel apresentou uma oferta para participar de sua emissão primária, que foi analisada na mesma reunião do conselho de

administração da companhia, que optou por assinar o acordo com a Neoenergia. “Convém destacar que a Enel formulou proposta similar... que não foi aceita... por seus termos e condições serem menos vantajosos para os acionistas da companhia do que a proposta da Neoenergia”, informou a distribuidora por meio de nota.

A Eletropaulo deverá divulgar hoje, prazo-limite, se fará a emissão de novas ações para se capitalizar ou se aguardará o desfecho sobre a venda da companhia para um concorrente. O vencedor da batalha deverá se consolidar como o número 1 no mercado de distribuição de energia no país. Hoje, o posto é da CPFL, nas mãos da chinesa State Grid. As empresas envolvidas na disputa informaram que não comentam as negociações.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Paula Pacheco

Título: Setor passa por mudanças

Apesar de ainda enfrentar brigas de liminares e alguma insegurança jurídica, o setor de energia passa por um bom momento. Para o sócio da área de auditoria da EY, Marcos Quintanilha, o setor de energia vive um novo momento no Brasil. Isso começou a ser percebido pelos investidores, em especial os estrangeiros, que enxergam boas oportunidades de negócio no país desde que a Aneel elaborou novos editais para a área de transmissão de energia. “Antes o interesse era pequeno por conta da baixa taxa de retorno, mas a agência fez uma revisão desses critérios, o que mudou o cenário”, explica.

Da mesma forma, lembra, aumentou o interesse dos estrangeiros pela área de geração de energia. “Os investidores fazem seus planejamentos com um cenário de longo prazo, de pelo menos 30 anos, por isso o desempenho da economia que vemos hoje acaba não influenciando na busca por ativos”, comenta Quintanilha.

De acordo com Daniel Monte, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP), quem atua na área trabalha com a expectativa de haver uma reforma, o que deve levar a uma mudança estrutural de funcionamento. “Um modelo de operação em que os agentes tomem suas próprias decisões de produção. Se bem regulamentado, é possível ter um mercado descentralizado, com custos baixos e segurança na produção”, avalia.

Segundo Monte, a troca no **Ministério de Minas e Energia** causou movimento forte no mercado financeiro. “Isso jogou um holofote enorme para o setor, que

estará bastante atento ao que está por vir. A indicação inicial do mercado foi de que a agenda de reformas precisa seguir em frente”, explica. Para o professor, com as reformas, o mercado ficará mais dinâmico, atraindo investimentos para o setor. A energia no Brasil, lembra, é uma das mais caras do mundo, esse preço alto é consequência da insegurança política e jurídica do modelo atual. Há, segundo o acadêmico, bastante espaço para o preço cair ao mesmo tempo em que se mantém a lucratividade das empresas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira e Fábio Pupo | De Brasília

Título: Leilão de cessão onerosa pode ficar para 2019

O governo já admite que talvez não seja possível realizar ainda neste ano o leilão das reservas excedentes nos campos do pré-sal cedidos à Petrobras em 2010, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**. A prioridade das autoridades passou a ser fechar um acordo com a estatal do petróleo em torno da revisão do contrato da cessão onerosa. A Petrobras considera que é credora da União, mas até agora não se chegou a um valor consensual.

A avaliação que predomina na área econômica é a de que a realização do leilão antes de um acordo da União com a Petrobras, em torno da cessão onerosa, seria feita em um ambiente de insegurança jurídica, o que afastaria os eventuais interessados, prejudicando os ganhos da União. As autoridades ainda esperam fechar um acordo com a estatal neste ano.

O prazo para que a comissão interministerial que discute a questão acaba no próximo dia 17 de maio. Mas não há certeza que os dois lados cheguem a um acordo, podendo o prazo ser prorrogado. "Se o acordo for fechado a tempo, o leilão poderá ser realizado ainda neste ano. Caso contrário, ficará para 2019", disse uma fonte. Consultado sobre a questão, o Ministério da Fazenda não quis se pronunciar.

O governo já estimou que poderia arrecadar até R\$ 100 bilhões com o leilão das reservas excedentes da cessão onerosa, mas ele não vai precisar desses recursos para cumprir a meta fiscal deste ano. A avaliação da área econômica é que as contas serão fechadas com a realização das 4ª e 5ª rodadas de partilha de produção do pré-sal.

A 4ª rodada está marcada para junho. A 5ª rodada já foi anunciada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), mas a data do leilão ainda não está marcada, podendo ocorrer em agosto. O agendamento depende de decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, havia dito em entrevista que uma disputa sem o acordo com a estatal seria inviável. "Acho que não é viável, pois ninguém vai querer pôr dinheiro em um negócio desse, com conflito com a Petrobras."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Raízen dá 1º passo fora do Brasil, com aquisição de US\$ 1 bi

Com a compra da rede de postos de combustíveis e atividade de refino e lubrificantes da Shell na Argentina por US\$ 950 milhões, a Raízen Combustíveis deu seu primeiro passo fora do Brasil. A companhia brasileira, terceira maior no mercado nacional na venda de gasolina, etanol, diesel e outros combustíveis, assume a vice-liderança no país vizinho e a segunda maior refinaria local.

A Raízen vinha negociando o ativo com a Shell, que é sua co-controladora junto com o grupo Cosan, há quase dois anos. A expectativa é que a transação seja fechada no segundo semestre, e até a conclusão da cisão dos ativos de exploração e produção de petróleo da Shell na Argentina, que não estão incluídos no negócio com a empresa brasileira.

"É a nossa primeira experiência de internacionalização, assumindo um ativo de grande porte, após sete anos de existência da Raízen", afirmou Luiz Henrique Guimarães, presidente da Raízen, ao **Valor**. A Raízen Argentina, como será rebatizada, vende 6 bilhões de litros ao ano, um quarto do volume comercializado pela distribuidora no Brasil.

Segundo o executivo, a operação argentina tem uma presença local forte pela marca Shell, além de aspectos similares com a brasileiras em logística, marketing e lojas de conveniência. "Houve um processo competitivo e apresentamos melhor oferta pelo ativo."

De acordo com uma fonte graduada do grupo brasileiro, a compra da operação representou uma oportunidade pontual de expansão e não está alinhada a uma estratégia de internacionalização dos negócios na América do Sul, ao menos por enquanto. O mercado sul-americano não tem porte suficiente para justificar um plano mais agressivo nesse sentido, conforme essa fonte.

"Vamos dar um passo de cada vez", afirmou Guimarães, lembrando que a operação argentina tem potencial para crescer com embandeiramento (compra de postos já existentes de pequenas redes), melhoria na qualidade dos produtos na refinaria e investimentos em logística (novos terminais de combustíveis).

A empresa usará recursos do caixa para fazer frente ao negócio e, mais adiante, poderá recorrer a outra estrutura de financiamento. Há potenciais sinergias logísticas, mercadológicas e financeiras. O executivo Teófilo Lacroze, presidente da Shell Argentina, seguirá à frente da operação, reportando-se ao principal executivo da Raízen.

Operações adquiridas tiveram em 2017 receita de US\$ 3,3 bilhões; com negócio, ação da Cosan subiu 4,63% na B3

Com o veto imposto à compra da Alesat pela Ipiranga, ficou claro o posicionamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a novas operações que envolvam a BR Distribuidora, Ipiranga, Raízen e AleSat, donas de 75% do mercado brasileiro. Diante disso, a alternativa que sobra às grandes nesse segmento é o embandeiramento de postos independentes ou uma eventual ida para o exterior.

Depois do Brasil, a Argentina é o segundo maior mercado de combustíveis na região - no país vizinho, a Shell é vice-líder em distribuição, com cerca de 20% de participação. Aqui, a Raízen disputa ponto a ponto o segundo lugar no ranking com a Ipiranga, do grupo Ultra. Cada uma tem em torno de 20%. A líder de mercado é a BR Distribuidora, controlada por Petrobras, com aproximadamente 30% da venda total.

Com a aquisição, a Raízen vai incorporar vendas de cerca de 6 bilhões de litros por ano, uma rede com 645 postos em 20 províncias, uma refinaria, uma planta de lubrificantes, três terminais terrestres, duas bases de abastecimento em aeroportos e ativos de gás liquefeito de petróleo (GLP). A refinaria, uma novidade no portfólio da companhia brasileira, responde por 17% da capacidade de destilação de petróleo da Argentina. No país, ao contrário do Brasil, as distribuidoras têm suas próprias refinarias.

No ano passado, as operações na Argentina registraram receita líquida de US\$ 3,3 bilhões (pró-forma). O Ebitda (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) tem potencial no primeiro ano de operação de US\$ 250 milhões.

Em 2017, segundo dados do balanço da Cosan, a Raízen Combustíveis teve receita líquida total de R\$ 72,8 bilhões e Ebitda ajustado de R\$ 2,94 bilhões.

O anúncio foi bem recebido pelos investidores, especialmente pelo preço a ser pago pela Raízen, que não inclui assunção de dívidas. O BTG Pactual estima que os ativos na Argentina podem valer US\$ 1,7 bilhão, 80% acima do valor da transação, considerando-se uma geração de Ebitda similar às dos postos de

combustíveis no Brasil. Na bolsa paulista, as ações da Cosan subiram ontem 4,63%, cotadas a R\$ 39,55 no fechamento.

O negócio da Shell na Argentina atraiu uma série de interessados, entre os quais a chilena Luksic, Trafigura, Vitol, PetroChina, Pluspetrol e Southern Cross Group. Outra brasileira, a Ipiranga, chegou a avaliar a oportunidade, mas não entrou no processo de concorrência.

No Brasil, a rede Shell encerrou 2017 com 6.272 postos. A empresa distribui aproximadamente 25 bilhões de litros de combustíveis para os segmentos de transporte, indústria e varejo.

A transação ainda está sujeita à concretização de determinadas condições precedentes, como o desinvestimento parcial dos ativos relacionados à operação de exploração e produção de produção, bem como outras usuais para operações como essa, informou a Raízen em comunicado. **(Colaborou Marcelle Gutierrez)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Conselho da Eletropaulo tem dia decisivo

O conselho de administração da Eletropaulo se reunirá hoje para o que promete ser uma decisão importante para o futuro da distribuidora de energia: manter ou não a emissão primária de até R\$ 1,5 bilhão em ações anunciada em 17 de abril. A decisão deve depender de uma potencial nova oferta da italiana Enel. Até o momento, a proposta da Neoenergia é considerada a mais competitiva, por ter o preço mais elevado.

Além de propor a ancoragem do aumento de capital com a garantia de subscrição do total das ações colocadas ao preço de R\$ 25,51, a companhia controlada pela espanhola Iberdrola apresentou uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) pela Eletropaulo no valor de R\$ 29,40, acima dos R\$ 28 propostos anteriormente pela Enel.

No lugar de apresentar uma nova proposta com um preço maior, a Enel publicou, no domingo, uma carta que causou mal estar na Eletropaulo e com a Iberdrola, apurou o **Valor**. No documento, a italiana disse acreditar que a emissão de ações e o acordo assinado com a Neoenergia prejudica a competição, por não ser transparente como o processo da OPA. Sem um novo preço, o conselho de administração da distribuidora decidiu, na segunda-feira, seguir adiante com o acordo firmado para capitalização da companhia.

A expectativa no mercado é que a Enel suba a oferta para o patamar de R\$ 31 por ação. Como as demais condições da operação estão equiparadas, como o compromisso firme com a injeção de R\$ 1,5 bilhão na companhia, isso deve justificar a desistência da emissão primária por parte do conselho de administração da distribuidora.

No caso de manutenção da oferta primária, a Enel poderá desistir, como prometido, da operação, ou se resignar a participar da concorrência pela alocação de capital, apesar da prioridade obtida pela Neoenergia quando conseguiu garantir a ancoragem da operação.

Num cenário em que o conselho suspenda a operação, o futuro do controle da companhia deve ser definido em 18 de maio, data colocada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o leilão simultâneo da OPA. A operação deve seguir a Instrução 361 da reguladora de mercado, que define que o leilão deve assegurar possibilidade de elevação do preço durante o leilão, e também a possibilidade de interferências compradoras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ian Mount | Financial Times, de Madri

Título: Brasil ajuda nos resultados globais da Iberdrola

A forte demanda por energia do Brasil e as tarifas melhoradas nos Estados Unidos mais que compensaram as desvantagens cambiais e ajudaram a Iberdrola a superar suas expectativas quanto aos resultados do primeiro trimestre.

O grupo espanhol de serviços públicos anunciou um crescimento de 14% nas receitas e um aumento de 1,2% no lucro líquido, graças à consolidação da Neoenergia no Brasil, as tarifas mais altas nos EUA e um aumento da produção de renováveis na Espanha e no Reino Unido. A receita do período subiu para € 9,3 bilhões e o lucro atingiu € 838 milhões.

Seu desempenho foi afetado pela menor receita de distribuição no Reino Unido e pelo euro mais forte, que reduziu o valor de seus lucros em real e dólar.

A Iberdrola possui a maior base de ativos de energias renováveis do mundo, com a maior rede de distribuição e operações de geração de energia nos EUA, México e Brasil, à parte o mercado doméstico.

A rede de distribuição de energia da Iberdrola no Brasil se destacou no trimestre, com a integração da subsidiária Elektro à Neoenergia, criando a maior

companhia de serviços de eletricidade do Brasil. As vendas cresceram 219% para € 1,32 bilhão. Os resultados nos EUA também subiram, com o lucro operacional crescendo 18,8% para US\$ 389,3 milhões, graças às tarifas mais altas. A receita das operações de redes de distribuição da Iberdrola no Reino Unido caiu 3,7% para € 322,6 milhões.

Na Espanha, a produção de energias renováveis cresceu bastante em comparação ao primeiro trimestre do ano passado, com a geração hidrelétrica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel negocia com Santo Antônio garantias à CCEE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) suspendeu, ontem, o pagamento de garantias financeiras no valor de R\$ 680 milhões devidos à Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) pela Santo Antônio Energia, concessionária da hidrelétrica de mesmo nome instalada no Rio Madeira (RO). A decisão possibilita que a companhia apresente à agência uma proposta de pagamento facilitado do débito, mediante o encerramento das contestações sobre o assunto na Justiça.

O relator do caso da Santo Antônio na agência reguladora, diretor Tiago Correia, afirmou que a flexibilização é necessária porque a exigência do pagamento do valor integral poderia levar a empresa à insolvência.

O débito da Santo Antônio Energia está relacionado às taxas de indisponibilidade da usina verificadas durante o período de instalação das turbinas. Na semana passada, a CCEE havia determinado que a concessionária apresentasse as garantias no valor de R\$ 811,9 milhões. O valor foi reduzido pela própria Câmara na sequência, após questionamento da empresa.

Na decisão de hoje, a diretoria da Aneel fixou o prazo de cinco dias para que a Câmara de Comercialização de Energia indique o valor definitivo da dívida da usina. Em seguida, a Santo Antônio Energia terá dez dias para apresentar a proposta.

"Na hipótese de a Saesa [Santo Antônio Energia S.A.] não apresentar a referida proposta à Aneel no prazo fixado, a medida cautelar ora concedida perderá sua eficácia e a CCEE deverá lançar o valor no primeiro aporte de garantia financeira", alertou o diretor-geral da agência reguladora, Romeu Rufino, durante a apresentação da decisão da diretoria ontem.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Iluminação pública pode ter investimentos de R\$ 26 bi**

O setor de iluminação pública deve demandar investimentos de cerca de R\$ 26 bilhões até 2030, de acordo com previsões do BNDES, considerando a possibilidade de modernização do parque nacional ao longo desse período. Na mesma linha, o grupo Banco Mundial estima investimentos necessários da ordem de R\$ 27 bilhões para a infraestrutura de iluminação pública em todos os municípios do país.

De olho nessas cifras e na perspectiva de criação de parcerias público-privada (PPP) municipais em iluminação pública, será lançada amanhã a Associação Brasileira de Concessionárias de Iluminação Pública (Abcip). Segundo o presidente da entidade, o advogado Eduardo Gurevich, a instituição tem potencial para reunir cerca de 500 empresas que estão estudando o recém-aberto mercado de iluminação pública do país.

Em 2010, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicou resolução, com base em Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada em 2002, determinando que até 2014 os ativos de iluminação pública fossem repassados das distribuidoras de energia para as administrações municipais. O custo para a operação desses ativos passou a ser coberto pela Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip), tributo que pode ser criado pelas prefeituras e arrecadado por meio das faturas de energia.

"Vários municípios já concederam o serviço [de iluminação pública] através de PPPs. Outros estão no caminho dos PMIs [Processos de Manifestação de Interesses], avaliando a possibilidade de trazer a iniciativa privada para fazer esse investimento e para prestar esse serviço. E vimos que não há nenhuma associação que possa congrega os interesses dos potenciais participantes desse setor", afirmou Gurevich. Segundo ele, a ideia é que a Abcip dialogue com o governo, discuta temas regulatórios e participe de ações judiciais sobre pontos importantes das PPPs para iluminação pública.

Segundo ele, os dois principais desafios para o setor hoje são a capacidade dos municípios de modelarem projetos de PPPs que tenham viabilidade técnica, econômica e jurídica e o fato de vários municípios não terem ainda instituído a Cosip. "A Cosip vai ser dada como garantia para que o empreendedor da PPP execute o projeto do contrato", completou. O total arrecadado pela Cosip no país hoje é da ordem de R\$ 9 bilhões ao ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Vanessa Adachi e Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo****Título: Petrobras desiste de IPO e fará novo processo de venda da Liquigás**

A Petrobras decidiu colocar a Liquigás à venda novamente, depois que a compra pela Ultragaz foi reprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (Cade) no fim de fevereiro. A petroleira chegou a avaliar a alternativa de fazer uma oferta inicial de ações (IPO) na bolsa, mas optou por um novo processo de venda de 100% da empresa. Desta vez, para evitar problemas com o Cade, a ideia é procurar interessados entre grupos estratégicos estrangeiros e investidores financeiros, de acordo com duas fontes.

Bancos de investimento começaram a ser avisados da decisão na semana passada. Houve uma avaliação de que uma oferta de ações teria um desconto grande em relação aos R\$ 2,8 bilhões que o grupo Ultra se dispôs a pagar. Além disso, num IPO, a Petrobras receberia apenas uma fatia do valor da distribuidora de gás GLP (cozinha), uma vez que não seriam vendidas 100% das ações.

Para uma terceira pessoa, a decisão do Cade, em 28 de fevereiro, sinalizou que a autoridade antitruste não aprovaria a compra por nenhuma outra empresa relevante do setor em operação no país, o que deixou poucas opções para a Petrobras no mercado local.

Cade vetou neste ano a aquisição do ativo pela concorrente Ultragaz, anunciada em 2016 por R\$ 2,8 bilhões

A venda da Liquigás faz parte do plano de desinvestimento da estatal, que busca reduzir seu endividamento e colocar o foco em sua atividade principal, de exploração de petróleo em águas profundas.

O primeiro processo de venda da Liquigás aconteceu no segundo semestre de 2016, com o anúncio da venda para a Ultragaz em novembro daquele ano. A distribuidora atraiu o interesse de empresas como a turca Aygaz e a Gávea Investimentos, de Armínio Frag, e de empresas estabelecidas no setor, como a holandesa SHV (Supergasbras), Nacional Gás, Copagaz e Consigaz. Mas a proposta da Ultragaz foi muito superior às demais, porque embutia um prêmio pela liderança deste mercado.

Por causa da reprovação pelo Cade, a Petrobras recebeu no mês passado R\$ 286 milhões da Ultragaz, multa que estava prevista em contrato em caso de a venda ser barrada pelos reguladores.

As empresas chegaram a propor ao Cade a venda de um pacote de ativos equivalente a 45% da Liquigás, mas não houve acordo. A relatora do caso, a conselheira Cristiane Alkmin, disse que teriam que ser vendidos 65% da Liquigás. Ela sugeriu que a Petrobras buscasse uma compradora com participação inferior a 10% do mercado. De acordo com ela, a empresa resultante da união entre Ultragaz e Liquigás teria 46% do mercado de gás de cozinha residencial. Hoje, as quatro maiores empresas detêm 85% desse mercado, bastante concentrado.

Durante o julgamento no Cade, o advogado da Petrobrás, Alex Messeder, chegou a dizer que no processo de venda foram procurados mais de 40 potenciais interessados, mas que poucos se interessaram de fato.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Consumo de aço reage e tem alta de 9,6%

A siderurgia nacional continuou em recuperação no mês passado, registrando forte crescimento da demanda no terceiro trimestre como um todo. O Instituto Aço Brasil revelou ontem que o consumo aparente de produtos siderúrgicos, índice que reúne as vendas internas e as importações, subiu 4,7% em março, ante igual período de 2017, para 1,8 milhão de toneladas. No trimestre, a alta foi de 9,6%, para 5 milhões de toneladas.

As vendas internas das usinas siderúrgicas chegaram a 1,58 milhão de toneladas durante março, 6,7% a mais em comparação anual. De janeiro a março, o volume atingiu 4,41 milhões de toneladas, 11,4% a mais. Já as importações recuaram 20,2% no mês, para 213 mil toneladas, e caíram 7,7% no trimestre, para 588 mil toneladas. Ou seja, o setor recuperou mercado interno.

O Aço Brasil também informou que as exportações foram 13,9% menores durante março, ficando em 1,19 milhão de toneladas. Nos três primeiros meses, houve redução de 6,4%, para 3,58 milhões de toneladas. A queda principal foi em semiacabados, principal produto enviado aos Estados Unidos, que impuseram tarifa ao aço importado de 25%.

O desempenho fez a entidade rever as projeções de 2018 para cima. No caso do consumo aparente, em que se previa alta de 4,9%, a projeção é de crescimento de 6,9%, chegando a 20,5 milhões de toneladas. A última vez que o Brasil demandou esse volume foi em 2015. Nas vendas internas, a projeção passa de 4,1% para alta de 6,6%, indo a 18 milhões de toneladas. A importação deve ser menor: desacelerando de 11,4% para 10,1%, com 2,56 milhões de toneladas.

Mas se o mercado mostra uma recuperação mais substancial, as empresas estão se acotovelando para ficar com esse crescimento. Segundo Carlos Loureiro, presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda) - que também divulgou os números de março ontem -, a concorrência está altamente acirrada no setor. Várias usinas praticam descontos em lotes vendidos para conquistar "market share".

Por isso, apesar de haver espaço para reajustes de preço, as empresas ainda não o fizeram, diz Loureiro. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) disse há um mês que em junho haveria espaço para reajuste de 7,5%. Na semana passada, a Usiminas afirmou que poderia praticar aumento na faixa de 5%. "Estranho sinalizarem um aumento para tão longe assim", comentou o presidente do Inda.

A distribuição vendeu bem menos do que esperava em março, o que Loureiro atribuiu ao fato de a "semana santa" ter caído no mês durante 2018, contra abril no ano passado. As vendas de aços planos pela rede associada ao Inda ficaram em 262,9 mil toneladas no mês, alta de 3,4% na comparação anual e de 1,2% ante fevereiro. A estimativa era que as vendas subissem 9%. Para abril, a entidade prevê queda de aproximadamente 10% frente a março.

Já para Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Aço Brasil, o resultado no trimestre mostra que a construção civil, em crise há quase quatro anos, começa a dar um respiro. Mesmo assim, reclama que a ociosidade do parque segue alta demais - média de 68,7% no primeiro trimestre. Alexandre Lyra, presidente do conselho da entidade, comentou que o ideal seria voltar a uma utilização histórica, entre 80% e 85%.

As negociações nos EUA para abrir uma exceção ao Brasil na seção 232 ainda continuam, informaram. A expectativa é que haja uma cota de produtos, com um limite de volume a ser exportado para o mercado americano. O prazo limite da definição é 30 de abril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Emissão da Usina Batatais

A Usina Batatais, do ramo de açúcar e álcool, prepara uma captação de R\$ 200 milhões com a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). A S&P Global atribuiu o rating "brAA" à operação. A operação será feita em duas

séries, uma com vencimento em junho de 2022 e a segunda em setembro do mesmo ano. Os juros serão equivalentes ao teto de 107% do CDI, a ser definido em processo de bookbuilding. A emissão será feita via securitizadora EcoAgro. **(Daniela Meibak)**

Debêntures da Tangará

A Tangará Energia levantou R\$ 160 milhões com a emissão de debêntures no mercado de dívida local. Os títulos terão prazo de cinco anos e remuneração correspondente a 100% da taxa interfinanceira (CDI) mais 2% ao ano. Atuou como coordenador líder o Itaú BBA e a Pentágono é o agente fiduciário.

(Daniela Meibak)

Rio Paranapanema capta

A Rio Paranapanema Energia captou R\$ 320 milhões com uma emissão de debêntures. A operação foi feita em duas séries. Na primeira, os papéis têm prazo de cinco anos e remuneração correspondente a 106,75% do CDI. Na segunda, o prazo é de sete anos e a remuneração correspondente à variação do IPCA mais 5,5% ao ano. O coordenador líder da operação foi o BTG Pactual e o agente fiduciário é a Planner. **(Daniela Meibak)**

MME / ASCOM .